

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

LANÇAMENTO

10fev2020

PRONUNCIAMENTO

[Cumprimentos]

Esta solenidade de hoje marca mais um passo na caminhada que iniciamos há um ano e meio, quando lançamos aqui o nosso Processo Administrativo de Responsabilização, o PAR, na presença do ministro Benjamin Zymler, uma das grandes referências nacionais sobre o tema, e convocamos todos os magistrados e servidores a se engajarem na proposta do que então chamávamos de “Pacto pela Integridade”.

A convocação foi bem aceita e, desde então, vem sendo estruturada, com uma

seqüência de passos bem medidos, sem atropelos, para que a caminhada possa chegar ao seu destino de forma equilibrada, afirmativa e propositiva.

Lembro-me bem que ao lançar um dos passos dessa caminhada, em abril do ano passado, quando teve início o treinamento dos servidores, com o “Trilhas da aprendizagem”, fiz algumas alusões ao significado da palavra “trilhas”, que vou retomar neste momento, por oportuno.

Trilha, disse eu naquela época, é sinônimo de caminho, de estrada, e quase sempre significa que há um longo caminho a percorrer para atingir o objetivo traçado, que é o de dar ao nosso Tribunal a primazia de ser pioneiro na instituição de um programa consistente de integridade.

Hoje, mais do que naquela época, temos bem estabelecidas as bases do programa, como já ficou aqui demonstrado pelos líderes do projeto, os desembargadores José Arthur e Gilson Lemes, e a professora Tatiana Camarão. Mas para que o Programa produza os resultados que dele esperamos, será indispensável que elas sejam assimiladas pelo conjunto de servidores e magistrados, até se consolidarem em uma nova cultura de gestão.

Nova cultura de gestão!

Esta é a chave que resume nossa determinação de implantar este Programa de Integridade, como uma de nossas primeiras iniciativas, logo após a posse.

Sabíamos que tínhamos um grande desafio pela frente: afinal, estávamos presentes em 296 comarcas – hoje já são 297 – e temos um orçamento superior a 7 bilhões de reais, que sustenta a vida de milhares de famílias de magistrados, servidores e colaboradores que, com seu trabalho, garantem a prestação jurisdicional aos cidadãos mineiros de todas as regiões, das “minas” e dos “gerais”, como gosto de dizer.

Sabedores dessa realidade, empreendemos desde o início alguns programas ambiciosos, dos quais destaco dois: a implantação do Processo Judicial eletrônico, o PJe, em todas as comarcas e a recuperação, substituição ou construção de novos fóruns no interior.

No primeiro caso, o PJe estava implantado em apenas 12% dos processos cíveis; e em agosto passado pudemos comemorar sua implantação em todas as nossas comarcas do estado. E muito proximamente, iremos anunciar também sua implantação no processo criminal, de forma pioneira no Brasil.

No segundo caso, o das construções, avançamos muito. Desde dezembro até agora, já inauguramos cinco novos fóruns e pelo menos outros 22 iremos inaugurar até junho próximo.

Cito esses dois exemplos porque ambos eram projetos ambiciosos, arrojados e de execução não trivial e nós percebemos que necessitaríamos de um programa que desse a eles – bem como a todos os

demais do Tribunal – os contornos gerenciais indispensáveis a que eles se desenvolvessem sem desvios, sem atropelos e com o máximo de eficácia possível.

Daí a ideia da adoção do conceito de “compliance”, que transformamos em nosso Programa de Integridade.

Sabíamos que para gerir os recursos, o patrimônio e as pessoas do Poder Judiciário não nos bastaria a vontade pessoal, era preciso mais.

Diante da grandiosidade da tarefa, entendemos que ela não deveria contar apenas com a indispensável honradez pessoal dos dirigentes: é preciso que haja normas que assegurem a manutenção e continuidade de boas práticas. Sabíamos

que seria necessário construir um arcabouço de proteção às nossas ações e ao dinheiro público, que tem que ser aplicado de modo eficaz, especialmente quando sabemos que tais recursos são limitados e é preciso obter deles o melhor rendimento possível.

Empreendemos desde então uma ação participativa e colaborativa, para conseguir oferecer a todos uma gestão equilibrada, justa e ética, que é obrigação de todo gestor público.

Nossa preocupação nunca foi a de garimpar desvios antigos, pois, felizmente, nosso Tribunal teve a graça de contar em sua direção, ao longo da história, com muitos homens públicos corretos, que nos legaram uma tradição de honradez.

O momento a que chegamos hoje, com o lançamento do Programa de Integridade, é uma clara demonstração de que fomos bem-sucedidos e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais pode se orgulhar de ser o primeiro do país a implantar um programa de tal monta, que vem despertando a atenção dos demais tribunais do país e de muitos outros órgãos públicos.

E se logramos chegar a esse ponto é porque contamos em nossos quadros com equipes profissionais do mais alto nível, que merecem ser citadas, por justiça.

A doutora Tatiana Camarão, que nos forneceu praticamente todo o arcabouço teórico e liderou esse processo, junto com o desembargador José Arthur. Ao lado

dela, a querida Ursina Andrade e a Fernanda Mendes, também com papel destacado, assim como as equipes da DIRFOR e da SESPRES, sempre sob o olhar aguçado e cauteloso do Renato Soares, que costumo chamar de meu diplomata. Parabéns a todos e muito obrigado.

Quero destacar, ainda, o trabalho e a extrema dedicação da nossa equipe de Comunicação, liderada pelo conceituado e competente jornalista Manoel Guimarães, que esteve presente em praticamente todas as etapas e é a principal responsável pela definição do conceito publicitário do programa, incluindo essa sugestiva logomarca criada.

Finalmente, cabe-me dizer que as ações previstas no Programa são aparentemente simples e de viés técnico, mas terão grande repercussão na vida dos cidadãos. Por meio delas, iremos praticamente fechar as portas aos desvios e desperdícios e, dessa forma, conseguiremos baratear os custos, garantindo mais recursos para novos investimentos nas áreas meio e fim do Tribunal, possibilitando o aprimoramento da jurisdição e, conseqüentemente, garantindo a oferta da justiça mais célere e eficaz que é nossa obrigação.

Aliás, já estamos praticando o nosso Pacto de Integridade desde o início da gestão, mas agora oferecemos, de forma definitiva, o seu arcabouço jurídico.

Oxalá que nossos magistrados, servidores e demais colaboradores se compenetrem disto e que o programa tenha vida longa, resistindo no futuro a eventuais desvios ou tentativas de sua desativação. Se a cultura da integridade estiver verdadeiramente assimilada, isto jamais ocorrerá.

Para encerrar, e liberando meu gosto pela poesia e literatura de modo geral, permitam-me voltar ao que disse no lançamento do programa “Trilhas de aprendizagem”, lembrando que a palavra “trilha” possui outros sinônimos que são emblemáticos.

Um deles é “atalho” e volto a advertir que esse não nos interessa. Os atalhos, sob o pretexto de nos levarem mais depressa ao destino, muitas vezes nos levam a lugares

perigosos. Prefiro que trilhemos caminhos seguros, sem lentidão, mas também sem pressa exagerada.

O outro significado de trilha é “vereda”, palavra que foi consagrada pela obra de Guimarães Rosa, que construiu sonhos a partir das coisas simples do sertão. Podemos nos inspirar nas veredas de Rosa para construir e consolidar o nosso sonho de ter aqui em Minas uma obra de arte de gestão pública.

É como dizia Guimarães Rosa:

“(…) O mais importante e bonito do ***mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, mas que elas vão sempre mudando***”.

É isso. Vamos mudando para que os nossos sonhos se realizem.

Hoje estamos dando mais um passo para transformar nosso sonho em realidade.

Muito obrigado.